

CUIDADO É FUNDAMENTAL

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Escola de Enfermagem Alfredo Pinto

Anais do VII fórum nacional de mestrados profissionais em enfermagem

RESUMO

Grupos terapêuticos comunitários: uma proposta de empoderamento dos usuários na atenção básica

Polyana Luz de Lucena¹; Marcela M. de Araujo Luna²; Arethusa Eire M. de Farias³; Vilma Felipe Costa de Melo⁴

Linha de Pesquisa: Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde

Introdução: De acordo com o Ministério da Saúde (MS) (Brasil, 2006), as formas tradicionais de organização do trabalho em saúde a partir da ótica das profissões não são suficientes para assegurar a humanização das práticas do cuidado, gerando reflexões e atuações fragmentadas. Entre as experiências voltadas à saúde mental na Atenção Básica (AB), a Terapia Comunitária surge no panorama nacional como uma tecnologia do cuidado de amplo alcance e baixo custo operacional, podendo ser implantada pelas Equipes de Saúde na Família (ESF) na rotina das Unidades Básicas de Saúde (UBS) a fim de construir redes sociais humanitárias no intuito de minorar o sofrimento psíquico da população atendida. A partir da publicação da Portaria GM Nº 971 em Maio de 2006 que aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas (PNPIC), a Terapia Comunitária passa ser reconhecida pelo MS como Prática de Saúde Integrativa e Complementar especialmente em relação à Saúde Mental das pessoas da comunidade. A terapia comunitária integrativa é considerada uma tecnologia do cuidado. Enquanto conceito que fundamenta essas práticas, se pauta na formação de um coletivo que busca através do movimento de fala e de escuta dos seus

¹ Psicóloga, Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família. Faculdade de Enfermagem Nova Esperança (FACENE). E-mail: luzpoly@hotmail.com.

² Fisioterapeuta, Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família. Faculdade de Enfermagem Nova Esperança (FACENE). E-mail: marcelamedeirosfisio@gmail.com.

³ Psicóloga, Universidade Federal da Paraíba. E-mail: arethusa_hot@yahoo.com.br.

⁴ Psicóloga, Doutora, Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família. Faculdade de Enfermagem Nova Esperança (FACENE). E-mail: vilmelopsi@yahoo.com.br.

integrantes, o autoconhecimento e a aproximação de um olhar diferenciado para suas vidas. É nesse espaço onde a comunidade pode se apropriar e compartilhar suas histórias e experiências de vida, aliando o saber popular ao cotidiano das práticas de saúde. A ligação entre esses integrantes-usuários se une a uma proposta de responsabilização dos usuários da AB no apoio, no enfrentamento e na busca de soluções (Carício, 2010). Os grupos comunitários na AB costumam ser espaços centrados em tipos de agravos, doenças ou demandas específicas do território de saúde (hipertensão, diabetes, cuidados com terceira idade, atividades físicas, etc.) com a finalidade de impactar nos indicadores de saúde e oferecer um espaço de integração onde os usuários tem participação ativa no seu processo de cuidar de si mesmo e do outro. O objetivo dos grupos comunitários é reforçar as habilidades de resiliência e de proteção mútua (Brasil, 2013; Zimmerman & Osorio, 1997). **Objetivos:** Tendo em vista esses pressupostos, o objetivo desse trabalho é o de propor a formação de grupos de terapia comunitária pelas equipes de Saúde da Família (ESF's), nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de João Pessoa, com formato inicial coordenado pelos profissionais das mais diversas áreas (enfermeiro, fisioterapeuta, terapeuta holístico, psicólogo, agente comunitário de saúde, etc.) envolvidos no cuidado em saúde aos usuários e por estes últimos, com proposta de “rodas de conversa”, momentos vivenciais, desenvolvimento de temáticas a partir das demandas da comunidade, favorecendo o conhecimento original do usuário, culminado no seu empoderamento, gerando práticas do cuidado a partir da perspectiva deste, a fim de que o grupo possa ser desenvolvido na perspectiva de autogestão pela própria comunidade de acordo com suas necessidades. **Método:** Para a realização deste trabalho, pretende-se lançar a proposta de formação dos grupos às gerências das UBS's nos cinco distritos sanitários do município de João Pessoa, a partir de reuniões com a equipe para explanação da configuração dos grupos através de um Manual “passo-a-passo” para a implantação desta prática, para posteriormente captar os usuários que tenham interesse, delimitando-se um público-alvo que podem ser escolhidos, dentre estes: mulheres gestantes, ou mulheres no climatério, ou idosos, ou adolescentes, ou homens, ou usuários de medicação psicotrópica, etc; para que, sejam planejadas as ações e o manejo do(s) mesmo(s): atividades, demandas dos sujeitos, temáticas a serem apresentadas, rodas de conversa, momentos vivenciais, etc. Há ainda a possibilidade de se buscar parcerias junto às Universidades e Faculdades através de projetos de extensão e discentes, reforçando o papel da Educação em saúde como um dos pilares de trabalho em Saúde Pública. **Resultados e Discussão:** A experiência com grupos, segundo Brasil (2013), proporciona uma troca de saberes e mudanças na subjetividade de seus integrantes a

partir do seu manejo e da finalidade a que se destinam, diferentemente dos movimentos encontrados nos atendimentos individuais nos serviços de saúde; isto se dá por meio da diversidade e trocas de experiências entre os seus participantes, tornando o trabalho enriquecedor. De acordo com Ribeiro (1994), tudo o que ocorre no durante a sessão grupal provoca uma reflexão profunda nos participantes e muitas vezes os sentimentos ocorridos ali são compartilhados ou geridos individualmente. Todo o movimento do grupo segue para um ponto de mudanças significativas e o contato com a fala do outro é o elemento essencial desse processo. De acordo com os Cadernos da Atenção Básica em Saúde Mental (Brasil, 2013), o trabalho com grupos deve estar pautado na mutabilidade e na troca de vivências entre os profissionais e usuários envolvidos, sempre em conexão com a realidade de onde veio este sujeito a partir das suas experiências subjetivas, sejam elas familiares ou sociais. O grupo se configura como uma prestação de serviço à comunidade e um aliado à rede social de cuidado aos usuários, favorecendo a territorialidade. Essa perspectiva de grupos deve estar pautada no movimento entre a criatividade e a formalidade, preconizando a originalidade do saber do usuário, a fim de que sua realidade esteja em sintonia com a realidade dos profissionais envolvidos também no processo para que seus saberes sejam valorizados, quebrando-se assim a hegemonia do paradigma do saber médico. Tendo isso em vista, ao se propor um grupo dentro de um serviço de saúde, é preciso refletir se esse meio de trabalho pode atender aos objetivos estabelecidos pelas políticas sobre a atenção integral, quais seriam os impactos nos indicadores de saúde e se esses podem se traduzir em autonomia nas práticas do cuidado (Brasil, 2013). Pensar na forma como o grupo pode auxiliar as pessoas dentro do seu processo de adoecimento ou como uma forma de facilitar o apoio mútuo pode ser um instrumento de auxiliar de empoderamento comunitário e de co-responsabilidade com a unidade de saúde. Um dos fatores mais importantes dentro do processo grupal é a facilitação da autonomia dos seus integrantes. Esse movimento vai de acordo com as características do grupo e das pessoas que neles permanecem. De acordo com Ribeiro (1994), isso seria reflexo da própria característica humana que aponta para uma auto-regulação e uma autodeterminação dentro do seu desenvolvimento. Essas qualidades são refletidas no grupo no sentido de produzir a sua própria matriz de auto-regulação, cuidado e de buscar os próprios processos de cura. Rogers (1994), afirma que a medida que o grupo interage e se torna cada vez mais espontâneo no contato com o outro, o próprio grupo vai se criando naturalmente a sua própria característica de cuidar e de acolher o outro na sua individualidade, o grupo torna-se terapêutico de fato. Esse autor afirma que a atitude do facilitador (profissional) deve agir de modo a permitir que os membros tomem essa atitude receptiva e aberta com

o outro. Por isso, o grupo deve ser proposto de forma a proporcionar a participação ativa de seus usuários como integrantes empoderados dentro do seu processo de saúde-doença como na atuação cidadã. Os sujeitos merecem uma escuta qualificada em suas necessidades e também saber acolher o outro a fim de contribuir com o processo formativo próprio dos grupos, corroborando com as demandas particulares e coletivas desenvolvendo assim, um genuíno senso de pertença ente seus integrantes. (Brasil, 2013). Esta oportunidade de capacitar os usuários, valorizá-los em suas experiências e saberes é que se configuram como novas práticas de cuidados e suas tecnologias, totalmente passíveis de replicação nos serviços de saúde na Atenção Básica. Enquanto um resultado primitivo dessas notas de discussão, espera-se que os objetivos deste trabalho sejam devidamente atingidos: a formação dos grupos terapêuticos segundo a estrutura proposta, que encontrem sua capacidade terapêutica, fomentando o empoderamento dos usuários e como um instrumento aliado das Unidades Básicas de Saúde nas práticas do Cuidado. Espera-se ainda, que este modelo de trabalho possa ser replicado em outras Unidades de Saúde (UBS's) e possivelmente em outros órgãos da Atenção Básica, de acordo com as demandas dos usuários de cada órgão. **Conclusão:** A partir da reflexão sobre esse tema, é possível compreender a proposta de criação de grupos comunitários terapêuticos como uma ferramenta de empoderamento dos usuários dos serviços de saúde na Atenção Básica, a partir do desenvolvimento da autogestão e valorização de saberes e práticas originais da comunidade, respeitando a sua territorialidade. Por ser uma tecnologia acessível e que envolve as características dos profissionais envolvidos no cuidado, acredita-se que é necessário o investimento pessoal desses para que se tornem facilitadores de algum processo grupal. Cabe lembrar, que a formação grupal dentro dos serviços de saúde pode ter efeitos para além do “terapêutico”, refletem os efeitos na vida e rotina social dos seus integrantes e a depender dos objetivos de cada grupo, pode ser um reforço a aliança cidadã desses usuários.

Descritores: Grupos Terapêuticos; Empoderamento; Atenção Básica.

Referências

1. BRASIL. (2013). **Cadernos da atenção básica: Saúde Mental**. Ministério da Saúde: Brasília.
2. BRASIL.(2006). Ministério da Saúde. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no sistema único de saúde. **Portaria n. 971, de 03 de maio de 2006.**

3. Disponível em: <portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/PNPIC.pdf> acesso em 16 abr 2017.
4. BRASIL. (2006). **Política Nacional de Humanização**. Ministério da Saúde: Brasília.
5. BRASIL. (2006). **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS- PNPIC-SUS: atitude de ampliação de acesso**. Ministério da Saúde: Brasília (Série B. Textos Básicos de Saúde).
6. CARÍCIO, M. R. (2010). **Terapia comunitária: Um encontro que transforma o jeito de ver e conduzir a vida**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa.
7. ROGERS, C. R. (1994). **Grupos de encontro**. 7ed. Martins Fontes: São Paulo.
8. RIBEIRO, J. P. (1994). **Gestalt-terapia: o processo grupal: uma abordagem fenomenológica da teoria do campo e holística**. Summus: São Paulo.
9. ZIMERMAN, D. E. & Osório, L. C. (1997). **Como trabalhamos em grupos**. Artes Médicas: Porto Alegre.